



SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SÃO PAULO
Rua Peixoto Gomide, 768 - Bairro Jardim Paulista - CEP 01409-903 - São Paulo - SP - www.jfsp.jus.br
11ª andar

MEMÓRIA DE REUNIÃO

Objetivo da reunião:	Reunião CONGIP
Horário:	16/08/2021, às 14:00 horas
Local:	Ambiente virtual via ferramenta <i>microsoft teams</i>
Assunto:	Reestruturação das áreas de microinformática dos fóruns Estudo relacionado à Resolução CNJ n.º 219/2016 pelo comitê orçamentário e de priorização do 1.º Grau Plano de Desenvolvimento Institucional - PDI, disciplinado pela Resolução PRES n.º 370/2020 Plano de saúde dos magistrados e servidores da SJSP

Participantes	Função / Cargo	Unidade/Orgão
Márcio Ferro Catapani	Juiz Federal Diretor do Foro da SJSP	DFOR
Leticia Dea Banks Ferreira Lopes	Juíza Federal Diretora do Foro da capital	DFOR
Caio Moyses de Lima	Juiz Federal Coordenador da Inovação	10.ª Turma Recursal
Marcelle Ragazoni Carvalho Ferreira	Juíza Federal Presidente	AJUFESP
José Luiz Paludetto	Juiz Federal representante do Polo III	2.ª Vara Federal de Campinas
Roberto Cristiano Tamantini	Juiz Federal representante do Polo IV	2.ª Vara Federal de São José do Rio Preto
Marcelo Freiberger Zandavali	Juiz Federal representante do Polo V	2.ª Vara Federal de Bauru
Marcia Tomimura	Diretora	SADM
Sabrina Kim	Chefe de Gabinete	DFOR
Jane Albuquerque do Nascimento	Diretora	UAPA

Izabel Cristina Leite	Diretora	UCOL
Cíntia Miluzzi	Diretora	UGEP
Jorge Cardoso Barros Melchert	Diretor	UMAD
Maria Helena de Almeida Santos	Diretora	UMIN
Gisele Molinari Fessore	Diretora	UCIN
Cristiano Conceição Abilio	Diretor	UPOF
Fabio Nunes dos Santos	Diretor	NUPE
Carmem Lucia Uehara Gil da Silva	Diretora	NUGE
Telma Rezende Faria de Paula	Diretora	NUID
Morgana Cristina Arnold	Servidora	NUID
Zila da Costa	Diretora	NUAD - Execuções Fiscais (Polo I)
Marisa de Fátima Batistutti Silvestre	Servidora	NUAD - Execuções Fiscais (Polo I)
Marco Antonio Achkar	Diretor	NUAR - Santos (Polo II)
Claudiana Cereda Mayese	Diretora	NUAR - Campinas (Polo III)
Ricardo Henrique Canizza	Diretor	NUAR - SJRP (Polo IV)
Daniela Galícia Mariuzzo	Diretora	NUAR - BAURU (Polo V)

Assuntos tratados

Dr. Márcio Ferro Catapani iniciou a reunião agradecendo a presença de todos e explicando que seriam debatidos os itens da pauta enviados por e-mail aos participantes, com a possibilidade de, ao final, serem sugeridos novos temas.

O primeiro assunto debatido disse respeito à proposição de ideias a respeito da reestruturação das áreas de microinformática.

Dr. Márcio esclareceu que esse não era um tema novo, que existem muitas reclamações das subseções, especialmente as menores, no que concerne aos serviços de apoio ao usuário de microinformática. Ponderou que trata-se de questão complexa dada a divisão de competências existentes entre o Tribunal, por meio da SETI, e a 1.ª Instância.

Que devido a essas reclamações e outras situações trazidas ao longo do tempo, resolvemos conversar um pouco mais a fundo a respeito das possibilidades de melhora desse serviço que a Administração presta aos usuários.

Passou a palavra à servidora Telma Rezende, que relatou que o início dos trabalhos deu-se por conta de uma determinação do CONGIP para a realização de uma pesquisa junto às subseções judiciárias acerca dos principais

problemas com relação às áreas de apoio à microinformática dos fóruns.

Discorreu brevemente sobre os resultados apresentados por conta da pesquisa, acrescentando que foram realizadas ainda algumas oficinas no Laboratório de Inovação para debater o assunto, das quais surgiram diversas propostas, dentre elas, a criação de um grupo de trabalho que tratará de maneira pormenorizada das questões levantadas durante esses encontros.

Gisele Fessore disse que a Subsecretaria de Comunicação, Conhecimento e Inovação - UCIN tem mantido contato com os participantes das oficinas a fim de organizar e aprofundar as informações e problemas levantados. Que ocorrerá nova oficina no dia 19/08 para desenhar uma proposta mais consistente e factível, a partir do protótipo anteriormente apresentado, com o fito de reformular as áreas de microinformática, bem como aprimorar a capacitação e a prestação de serviços.

Dado esse *feedback* aos membros do CONGIP, Dr. Márcio abriu a palavra aos demais participantes.

Dr. Marcelo Freiburger Zandavali fez um aparte para cumprimentar a todos e parabenizar a iniciativa e os servidores envolvidos nesse projeto.

Zila da Costa questionou se durante a pesquisa foram instados os servidores que atuam diretamente na área de microinformática nos fóruns para se manifestarem a respeito de prováveis melhorias no trabalho, ao que Telma respondeu de forma afirmativa, explicando que foram aplicadas dez perguntas, dentre elas, as possíveis soluções, destacando a necessidade de capacitação - tanto para o usuário quanto para o profissional que realiza o atendimento -, como uma das respostas recorrentes.

Dr. Márcio fez uma adendo afirmando que as próprias oficinas foram realizadas com a participação dos servidores da área de microinformática dos fóruns tanto da capital quanto do interior, além da Administração Central, de forma a representar as diversas realidades.

Para os fóruns que possuem somente um servidor que atue na área de suporte à microinformática, Dr. Roberto Tamantini sugeriu que, durante suas ausências, fossem chamados servidores qualificados de outros fóruns para atendimento virtual.

Dr. Márcio afirmou que essa é uma das ideias centrais do projeto e das oficinas.

Encerradas as manifestações, passou-se ao próximo item da pauta: estudo relacionado à Resolução CNJ n.º 219/2016 pelo comitê orçamentário e de priorização do 1.º Grau.

Telma explicou que em fevereiro deste ano foi entregue um estudo à Presidência do TRF3, que determinou sua continuidade e complementação, levando-se em conta novas orientações. Fez uma breve explanação acerca das próximas ações do comitê baseadas nas novas diretrizes apresentadas. Disse ainda que paralelamente foi determinada pela CORE a realização de estudo relativo ao quantitativo e distribuição de oficiais de justiça na seccional, que vem sendo elaborado no âmbito do 1.º Grau.

Dr. Márcio sugeriu e questionou acerca da possibilidade de participação do Centro Local de Inteligência da SJSP - CLISP na realização de estudos e análise dessas questões.

Dr. Caio Moyses de Lima expôs sua dúvida quanto à possibilidade de o CLISP fornecer uma opinião abalizada sobre o tema. Ponderou que a CORE tem tomado a frente dessas questões para otimização dos trabalhos em geral, argumentando que lá seria um ambiente mais propício para realizar uma análise mais aprofundada.

A seguir passaram a debater o Plano de Desenvolvimento Institucional - PDI, disciplinado pela Resolução PRES n.º 370/2020, que dispõe sobre o trabalho não presencial na 3.ª Região.

Telma apresentou o modelo de formulário do PDI que deverá ser preenchido por todas as unidades que tenham mais de 60% (sessenta por cento) do quantitativo de servidores realizando trabalho a distância.

Dr. Márcio alertou que serão disponibilizados dois formulários diferentes: um individual, a ser preenchido por cada servidor, e um para cada área com mais de 60% (sessenta por cento) do pessoal em teletrabalho, sendo este o PDI. Explicou que o retorno efetivo às atividades presenciais depende de decisão da Presidência e da Corregedoria do Tribunal. Que estamos nos preparando para um eventual retorno no início de outubro, quando o sistema que disponibilizará os formulários de teletrabalho aos servidores estará em pleno funcionamento.

Cíntia Miluzzi afirmou que o sistema está em fase avançada de desenvolvimento pelo Tribunal, restando o aprimoramento do questionário de avaliação de saúde. Que a área de gestão de pessoas necessita de um prazo razoável - por volta de um mês e meio -, para análise de todas as solicitações que serão apresentadas, dado que a expectativa é que sejam recebidos em torno de 3.200 (três mil e duzentos) formulários.

O último tópico tratado referiu-se ao plano de saúde de magistrados e servidores da SJSP.

Cíntia explicou que em 16/07 foi realizado um pregão para escolha da empresa a ser contratada para a capital e que a Unimed Seguros foi a interessada. Que o próximo passo será analisar a rede credenciada por ela apresentada de forma a verificar se estão cumpridas as exigências definidas no Termo de Referência, para posterior homologação da empresa como vencedora dessa licitação e assinatura do contrato.

Dr. Márcio questionou se no interior houve demonstração de interesse na prorrogação do contrato por parte da empresa Unimed Fesp e Cíntia esclareceu que houve essa sinalização via contato telefônico e que por ora aguardamos a sua oficialização.

Maria Helena de Almeida perguntou se a Unimed foi única empresa interessada até o momento, ao que Cíntia respondeu positivamente, afirmando que não houve disputa.

Dr. José Luiz Paludetto indagou se a Unimed Seguros usaria a estrutura da Unimed do interior e Cíntia disse que faria a verificação acerca da existência de colaboração entre as empresas da capital e do interior para essa finalidade.

Dr. Márcio certificou que após a homologação da empresa vencedora será realizada campanha de esclarecimento sobre o novo plano expondo seus principais pontos (tais como rede credenciada, valores, etc) com o fito de garantir que os magistrados e servidores possam fazer uma transição segura.

Foi aberto espaço aos presentes para sugestão de novos temas para debate e, não havendo manifestações, Dr. Márcio deu por encerrada a reunião agradecendo a presença de todos.



Documento assinado eletronicamente por **Marcio Ferro Catapani, Juiz Federal Diretor do Foro da Seção Judiciária de São Paulo**, em 19/08/2021, às 15:02, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site http://sei.trf3.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **7954759** e o código CRC **BD889581**.